



## PROJETO SAÚDE HABITACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS PARA MELHORIAS HABITACIONAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA<sup>1</sup>

Cleuber da Silva Junior<sup>2</sup>

Renan Grisoni<sup>3</sup>

Ivan Rocha<sup>4</sup>

### Resumo

O Projeto Saúde Habitacional atua na região do Território do Bem, Vitória-ES. Em tempos de pandemia e isolamento social, buscou-se atender inicialmente famílias com um número elevado de integrantes por residência, facilitando o acesso a condições básicas de saneamento e higiene. As propostas para intervenção física focaram na identificação dos pontos de inadequação dessas moradias, já que residências com ventilação insuficiente, problemas de infiltração e outras patologias derivadas comprometem a saúde de seus ocupantes, sobretudo de idosos e crianças. Este texto pretende apresentar não apenas os resultados do Saúde Habitacional, mas também um histórico da Associação Onze8.

**Palavras-chave:** Habitação – Saúde – Território do Bem – COVID-19 – Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social (ATHIS).

### HOUSING HEALTH PROJECT: PRACTICAL CONTRIBUTIONS TO HOUSING IMPROVEMENTS IN A PANDEMIC CONTEXT

#### Abstract

The *Saúde Habitacional* (Housing Health) project operates in the region of Território do Bem, Vitória-ES. In times of pandemic and social isolation, the attempt was initially made to assist families with a high number of members per household, facilitating access to basic sanitation and hygiene conditions. The proposals for physical intervention focused on identifying the points of inadequacy of these dwellings, knowing that homes with insufficient ventilation, infiltration problems and other related pathologies compromise the health of their occupants, especially the elderly and children. This text intends to present not only the results of the Saúde Habitacional project, but also the history of *Onze8* Association.

**Keywords:** Housing – Health – “Território do Bem” – COVID-19 – Housing of Social Interest (HIS).

### PROYECTO SALUD HABITACIONAL: CONTRIBUCIONES PRÁCTICAS PARA MEJORAS DE VIVIENDAS EN UN CONTEXTO PANDÉMICO

#### Resumen

El Proyecto Salud Habitacional opera en la región del *Território do Bem*, Vitória-ES. En tiempos de pandemia y aislamiento social se busca inicialmente trabajar con familias hacinadas (con un número elevado de miembros por hogar), facilitando el acceso de las mismas a condiciones de saneamiento básico e higiene. Las propuestas de intervención física se enfocan en identificar los puntos de inadecuación en la vivienda, una vez que las viviendas con ventilación insuficiente, problemas de infiltración y otras patologías relacionadas comprometen la salud de sus ocupantes, especialmente población mayor y niños. Este texto tiene la intención de presentar no solo los resultados del Salud Habitacional, sino también un histórico de la *Asociación Onze8*.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 20/08/2021. Avaliação em 16/09/2021. Aprovado em 10/11/2021. Publicado em 17/12/2021

<sup>2</sup> Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura. E-mail: junimdasilva@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura. E-mail: renan.grisoni@gmail.com

<sup>4</sup> Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura E-mail: ivan.rocha92@gmail.com

## **Introdução**

Com todo respeito aos milhares de famílias que perderam seus entes e amigos (dentre os quais não passamos incólumes), se existe algo positivo em meio a toda a tristeza e sofrimento que a pandemia trouxe para o povo brasileiro foi a evidenciação do abismo que nos separa. Não que a existência do abismo em si seja algo a ser comemorado, mas o fato de não podermos mais ignorar a discrepância entre os mais ricos e os mais pobres nos parece estrategicamente fundamental em um momento em que alguns setores da sociedade – incluindo-se aí o alto escalão do governo federal – insistem em repetir que tudo está correndo dentro da normalidade. Têm sido recorrentes as falas que mostram que, enquanto muitos de nós retroagimos em relação ao nível de vida (condições materiais de subsistência), houve quem conseguisse ampliar seu patrimônio durante esse período de crise sanitária.

Como exemplo, retomamos aqui a fala do professor Ladislau Dowbor no “5º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Banco Comunitários”<sup>5</sup> que nos lembra que, nos primeiros quatro meses de pandemia, as 42 maiores fortunas do Brasil aumentaram de tal forma que daria para sustentar seis anos de Bolsa Família só com o que lucraram durante a “crise”. Ao mesmo tempo, o mês de agosto de 2021 fechou com mais de 70% dos brasileiros enquadrados como endividados<sup>6</sup> e, ao longo do ano, as sacolas têm voltado cada vez mais vazias dos supermercados:

95,6 milhões de brasileiros viviam em famílias com dificuldade para pagar contas de mês, como água e luz entre 2017 e 2018. Os dados [...] foram divulgados nesta [em 19 de agosto de 2021] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pesquisa de Orçamentos familiares revelou que quase metade dos brasileiros moravam em famílias que atrasaram ao menos uma conta mensal. Um terço dessas famílias eram comandadas por pessoa com apenas o ensino o fundamental, sendo que 44% dos chefes de família eram negros e pardos. Contas de água, luz e gás são as que tiveram mais atrasos chegando a 37,5% da população. Os atrasos com aluguel ou prestação do imóvel teve menor atraso chegando a 7,8%. Há 2 anos, segundo a pesquisa, a despesa com alimentação era de R\$ 209,12 por mês [...]. Os pesquisadores projetam piora da situação depois da covid e aumento do desemprego do país. (SBT NEWS<sup>7</sup>, 2021).

---

<sup>5</sup> O evento precisou ocorrer virtualmente. A fala do economista está presente no vídeo “Desenvolvimento local e o pós pandemia”, que foi ao ar no dia 11 de junho de 2020. <<https://www.youtube.com/watch?v=kS3cAIHZg7A>>. Acesso em 05 set. 2021.

<sup>6</sup> Os dados são da “Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor” que faz ainda uma ressalva: não confundir “endividados” com “inadimplentes”, “quadro que se configura quando as dívidas estão em atraso”. Fonte: Agência Brasil: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729>>. Acesso em 05 set. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/economia/177527-95-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-familias-com-dificuldades-em-pagar-contas>>. Acesso em 05/09/2021.

Este abismo, que possui na diferença de renda um fato concreto, aparece como desigualdade social em outros aspectos da vida humana, como por exemplo na forma de morar. Quando os especialistas em saúde, as organizações e agências internacionais divulgaram as principais medidas preventivas de combate ao novo coronavírus, uma luzinha amarela se acendeu nas periferias e bairros populares espalhados pelo país: como colocar em prática tais procedimentos em uma realidade que não permite fazê-lo?

Um boletim informativo da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), divulgado em março de 2021 resume as “medidas não-farmacológicas” que devem ser adotadas, por período prolongado, se quisermos evitar o colapso do sistema de saúde: distanciamento físico e social; uso de máscaras e higienização das mãos articuladas com “ações intermitentes de bloqueio” (*lockdown*); restrição da circulação e de todos os serviços não-essenciais. Como manter o distanciamento físico em residências de dois ou três cômodos que muitas vezes abrigam sete, nove pessoas? Como manter o corpo higienizado em residências que não têm banheiro? Ou nas quais o abastecimento por água potável é intermitente ou mesmo inexistente? Como pedir que fique em casa um(a) chefe de família que não possui carteira assinada e cujos rendimentos cotidianos nunca permitiram o acúmulo de uma poupança para situações emergenciais?

Não que esta seja a realidade de todas as pessoas que moram nesses territórios – sabemos que as faixas de renda nos bairros populares, favelas e comunidades afins são bastante variáveis – mas alguns dados são importantes de serem retomados para entendermos o cenário que estamos retratando. A pesquisa “Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem”, coordenada por Denise Biscotto (2019), indica que, em relação ao emprego, menos de 40% das pessoas em idade produtiva (excetuando-se, portanto, as crianças com menos de 16 anos e os adultos aposentados ou pensionistas) encontra-se trabalhando com carteira assinada e/ou possuem emprego fixo. O restante – mais de 60% – teria muita dificuldade em manter as medidas de isolamento social, justamente porque precisam garantir o pão de cada dia.

São trabalhadores e trabalhadoras que, via-de-regra, não possuem uma reserva em dinheiro que possa assegurar dois ou três meses de sobrevida enquanto não podem trabalhar; o que essas pessoas ganham nesta semana é o dinheiro que precisarão gastar na semana seguinte – e dessa forma “vão levando” o mês, o semestre, o ano. E mesmo que pudessem ficar em casa, em muitos casos o distanciamento físico recomendado não seria possível, por conta da coabitação, da proporção inadequada entre o número de moradores e o número de cômodos de longa permanência, do número insuficiente de aberturas, da inexistência de afastamentos em relação às residências vizinhas etc.

Para além da dificuldade de praticar o isolamento social, há o problema da falta de infraestrutura urbana, outro item que compõe, em termos qualitativos, o nosso déficit habitacional. Uma pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que mais de 34 milhões de domicílios brasileiros não estavam ligados a qualquer rede de esgotamento sanitário. Isto equivalia, à época, a 49,2% do total de domicílios do país (FOLHA DE SÃO PAULO; UOL, 2020). Muitos desses domicílios não possuem sequer um cômodo exclusivo para a realização de necessidades fisiológicas e higienização de seus ocupantes (LESSA, 2016). São casas em que simplesmente não existe banheiro. A mesma pesquisa do IBGE (2017) aponta que quase 10 milhões de domicílios não possuem acesso a abastecimento de água por rede.

Em artigo intitulado, “Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: uma análise da percepção social no Brasil”, os autores Bruno Milanez e Igor Ferraz da Fonseca (2011) perceberam que “os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos”. A pesquisa realizada pelos autores demonstra que populações socialmente mais frágeis são também as que mais sofrem com os efeitos negativos dos eventos climáticos a que estamos cada vez mais sujeitos (enchentes e inundações, deslizamentos e desabamentos, desertificação e secas prolongadas, propagação de epidemias etc.). Seguindo o mesmo raciocínio, a ONU criou o conceito de “*apartheid* climático”, que, segundo a jornalista Eliane Brum (EL PAÍS, 2020), pode ser utilizado também no caso da COVID-19:

Na pandemia de coronavírus há o mesmo *apartheid*. É bem explícito qual é a população que tem o direito a não ser contaminada e qual é a população que aparentemente pode ser contaminada. Não é coincidência que a primeira morte por coronavírus no Rio de Janeiro foi uma mulher, empregada doméstica, a quem a “patroa” nem reconheceu o direito à dispensa remunerada do trabalho, para fazer o necessário isolamento, nem achou necessário contar que poderia estar contaminada por coronavírus, cujos sintomas já sentia depois de voltar de um Carnaval na Itália. Essa primeira morte no Rio é o retrato do Brasil e das relações entre raça e classe no país, expostas em toda a sua brutalidade criminosa pela radicalidade de uma pandemia. (BRUM, 2020).

Já era notório que nem todas as áreas da cidade eram igualmente providas de atributos urbanos qualificados (ruas largas que permitam tanto a locomoção quanto o acesso; áreas para lazer e descanso; equipamentos públicos que supram a demanda local; acesso a um transporte público eficiente; comércio local que promova vitalidade urbana e crie oportunidades de ocupação etc.), mas ao exigir ações que se mostraram impossíveis de serem cumpridas por grande parte da população brasileira, a pandemia provocada pelo coronavírus escancarou o

abismo entre bairros de uma mesma cidade e entre seus moradores. Não podemos naturalizar, nem considerar coincidência o fato de que “o vírus mata mais” o povo preto, pobre e periférico.

Tendo ciência dessa realidade, a Associação Onze8, em parceria com a Associação Ateliê de Ideias, retomou um projeto escrito em 2018. O Ateliê já havia publicado, em 2009, uma pesquisa intitulada “Saberes e Fazeres do Território do Bem”, em que os próprios moradores realizaram uma investigação estatística a respeito do local onde moram: ocupação, escolaridade, condições de moradia e até opções de lazer foram documentados desta forma. Em 2019, o Ateliê reeditou a publicação, atualizando os números. Mais uma vez, foi possível fazer uma relação direta entre as condições de moradia e alguns problemas de saúde, como a asma, que é a doença que ocupa o segundo lugar entre as mais apontadas pelos moradores. Esta realidade estava servindo de insumo para a elaboração de um projeto que previa melhorar as condições de habitação das casas mais precárias do Território do Bem quando entrou em cena a COVID-19. Desde então, o projeto foi reelaborado e submetido à apreciação do Instituto Unimed – instituição ligada à saúde –, tendo em vista que uma grande instalação da Unimed está localizada exatamente em uma das entradas do Território do Bem<sup>8</sup>. O projeto foi aprovado e incrementado com a possibilidade de agregar novas parcerias, incluindo a doação voluntária de pessoas físicas, e são os primeiros resultados que apresentamos agora.

## **Resultados**

Com o programa Saúde Habitacional foi possível reformar, em pouco mais de seis meses, quatro residências localizadas no Território do Bem (as moradias de Eunice e Maria Sonia em São Benedito, e as de Renata e Maria Lúcia em Jaburu). O escopo inicial pensado para o programa, criado para resolver sobretudo os problemas sanitários e de salubridade das residências (com foco nas áreas molhadas, aberturas, infiltrações e revestimentos adequados) precisou ser adaptado constantemente conforme as obras foram acontecendo. Em mais de um caso foi necessário que a reforma abrangesse questões estruturais e ampliações, aumentando consideravelmente o valor estipulado inicialmente e o tempo de obra.

A área focal da iniciativa está localizada no Território do Bem, em Vitória, ES. De acordo com a “Pesquisa Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem” (2019),

---

<sup>8</sup> “Território do Bem” é a autodenominação dada pelos moradores de um conjunto de bairros localizados em Vitória, ES. São eles: Bonfim, Consolação, Gurigica, Itararé, Bairro da Penha e São Benedito, incluindo as comunidades de Engenharia, Floresta e Jaburu. Esta autodenominação, proposta em Câmara de Vereadores para que seja oficialmente reconhecida, busca ressaltar o que há de positivo na região, que costuma aparecer de forma negativa nos jornais e noticiários locais.

trata-se de uma área em que 51.50% das residências não possuem afastamentos adequados dos vizinhos e que em 30.50% das casas existem manchas de umidade próximas ao telhado ou ao chão.



Imagens 01 e 02: Projeto Saúde Habitacional. Fotos do antes e depois da reforma da residência de Maria Sônia, em São Benedito. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.



Imagens 03 e 04: Projeto Saúde Habitacional. Fotos do antes e depois da reforma da residência de Maria Lúcia, em Jaburu. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

Dentre os principais problemas construtivos identificados, ressalta-se a falta de afastamento entre as residências, muitas vezes construídas por seus próprios moradores, sem projeto ou acompanhamento técnico, somada à ausência total ou parcial de materiais de acabamento, tanto interna quanto externamente. Os pontos de infiltração também denunciam uma autoconstrução<sup>9</sup> realizada com poucos recursos, o que obriga a que as soluções adotadas utilizem materiais de pior qualidade ou mais frágeis – veja-se o exemplo das telhas: a escolha mais comum é pela telha de fibrocimento de menor espessura; não são raros os casos de infiltração decorrentes de telhas quebradas.

<sup>9</sup> O conceito de “autoconstrução” utilizado será abordado no tópico 5: Discussões.

A somatória desses fatores – ausência de afastamento entre as casas, quantidade de aberturas insuficientes, ausência de ventilação cruzada, áreas molhadas e cômodos de ocupação permanente que não recebem luz do sol, ausência de revestimento adequado, falta de recursos para realização de melhorias, alta densidade populacional etc. – culmina por acarretar problemas de saúde nos ocupantes, o que se torna ainda mais preocupante em tempos de pandemia.

Para exemplificar, a pesquisa supracitada mostra que as doenças respiratórias crônicas aparecem como o segundo problema de saúde mais citado pela comunidade (13,29%). O índice de crianças e adultos com problemas respiratórios, como a asma, é muito grande: a asma está presente em 27,7% das famílias pesquisadas. É importante ressaltar que uma casa adequada, segura e acessível é imprescindível na promoção de direitos fundamentais, como saúde, educação e na garantia da proteção e dignidade de seus moradores.

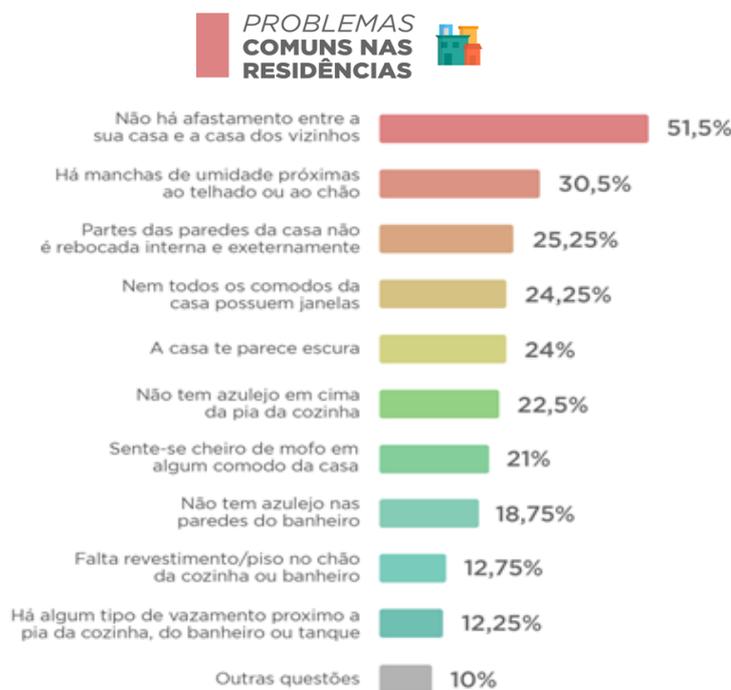


Imagem 05: Problemas mais comuns nas residências, apontados pelos moradores do Território do Bem. Fonte: “Pesquisa Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem, Vitória-ES – 2019”. Coordenação e publicação: Associação Ateliê de Ideias, 2019.

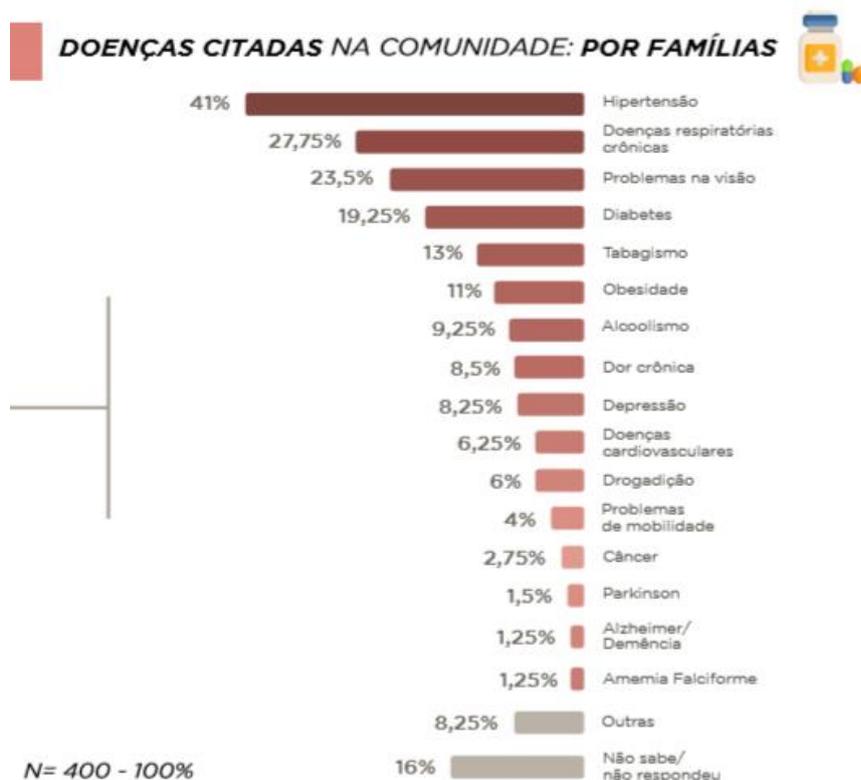


Imagem 06: Doenças mais comuns nas famílias do Território do Bem. Fonte: “Pesquisa Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem, Vitória-ES – 2019”. Coordenação e publicação: Associação Ateliê de Ideias, 2019.

Essas doenças afetam a qualidade de vida e provocam incapacidade nos indivíduos afetados, limitando acessos e, no limite, contribuindo para que a disparidade de oportunidades seja cada vez maior entre os que moram nos bairros de periferia e os que moram em outros bairros da cidade. Por conta dessa relação entre as condições da edificação e a saúde de seus habitantes, os profissionais da Onze8 que atuaram neste projeto estavam atentos sobretudo às seguintes questões:

- Instalações hidráulicas, desenvolvendo uma maior qualidade do sistema interno de acesso à água e ampliando, quando possível e necessário, o número de pontos para favorecer a higienização pessoal;
- Melhorias e adequações sanitárias no sistema de esgotamento sanitário, evitando esgotos primários e secundários a céu aberto, sem adequada ligação à rede de esgoto;
- Infiltrações, mofo, ventilação para circulação de ar e iluminação natural.

O projeto foi previsto para ter duração de seis meses, visando contemplar o total de quatro residências, mas como já informado, a inserção de outros parceiros no decorrer do processo permitiu abranger outras duas residências, das quais falaremos a seguir.

## Desdobramentos

A divulgação das ações do Projeto Saúde Habitacional nas mídias sociais da Associação Ateliê de Ideias e da Associação Onze8 provocou um duplo impacto em termos de retorno: por um lado, começamos a receber mensagens de pessoas físicas e instituições interessadas em ajudar, especialmente com doações; por outro lado, recebemos muitas mensagens de pessoas que passam por situações semelhantes e que precisavam ter seus imóveis reformados. Infelizmente, nossa capacidade de atender a uma demanda mais ampla é limitada, de modo que procuramos instruir e direcionar essas demandas que surgiram – e continuam surgindo com bastante frequência. Daí nossa constante militância para que o poder público possa realmente implantar políticas públicas na área da habitação que sejam eficazes e permanentes<sup>10</sup>.

Por outro lado, o retorno de apoiadores em potencial nos permitiu ampliar o escopo inicial de quatro para seis unidades a serem reformadas. Pudemos inserir os casos de Vanessa Pires, moradora de Jaburu, e de Veraildes Almeida Silva, moradora de São Benedito. O caso de Vanessa nos parece especial por ter sido mobilizado integralmente a partir de doações de pessoas físicas. A reforma foi realizada com um investimento aproximado de R\$15.000,00, recurso obtido por meio de campanhas de arrecadação e divulgação em mídias sociais.

Importa ressaltar que a Onze8 não aponta a via da colaboração e ajuda – muitas vezes de cunho assistencialista – como solução para o problema da habitação. No entanto, num cenário de desmonte das políticas públicas relacionadas à pasta, torna-se imperativo fazer o máximo possível dentro das condições fornecidas. Entre correr o risco de fazer o que está a nosso alcance e cruzar os braços à espera de condições ideais de trabalho e de recursos para a atuação em Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social (ATHIS), a Onze8 tem se inclinado, desde sua criação, para a primeira opção.



Imagens 07 e 08: Projeto Saúde Habitacional. À esquerda, foto da residência de Vanessa Pires antes da reforma. À direita, imagem ilustrativa do projeto proposto. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

<sup>10</sup> Discorreremos mais sobre o assunto nos tópicos 5 e 6.



Imagem 09: Conjunto de imagens que mostra a evolução da reforma na casa de Veraildes, em São Benedito. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

Necessário ainda reforçar o cenário pandêmico por que estávamos – e ainda estamos – passando. Quando se tem noção das relações possíveis entre as condições de uma habitação e o quadro de saúde das pessoas que nela habitam; quando se sabe que muitas dessas famílias não conseguirão cumprir as exigências sanitárias recomendadas nesse período de pandemia; e sabendo ainda que esse momento influenciou também nas relações de solidariedade, criando e fortalecendo redes de apoio nas mais diversas áreas, com especial mobilização para a saúde – quando se tem acesso a esse tipo de informação e sabe-se que um trabalho pode ser útil e necessário, é preciso partir da cobrança para a ação possível. Ainda que pontual e insuficiente.

Já o caso de Veraildes – um dos mais complexos e que viria a se mostrar um dos mais custosos – foi apadrinhado por outra instituição: a Associação de Servidores do Ministério Público do Espírito Santo. Construída em etapas sucessivas, seguindo uma tipologia bastante convencional, mas sem recursos suficientes para concluir efetivamente cada uma das etapas antes de começar a etapa posterior, a edificação era constituída por três pavimentos e um porão, utilizado também como cômodo de longa permanência por parte de seus ocupantes.



Imagens 10 e 11: Interior da residência de Veraildes, em São Benedito, após a reforma. Detalhes da Cozinha Integrada (esq.) e Banheiro (dir.). Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

Como é possível ver na primeira foto da Imagem 09, o segundo pavimento estava parcialmente descoberto e o terceiro estava totalmente inacabado, inexistindo cobertura. As infiltrações, portanto, eram constantes, chegando a todos os pavimentos da edificação. Por conta dessa situação prévia, não bastava alocar recursos na reforma do pavimento térreo sem ter solucionado anteriormente os problemas nos pavimentos superiores. Felizmente, o parceiro nesta obra entendeu a necessidade e importância de realizar uma requalificação em todo o edifício, com atenção especial para o interior do térreo, onde reside Veraildes.

## **Metodologia**

A Onze8 é uma Organização Não Governamental que se formalizou inicialmente para colaborar com a Associação Ateliê de Ideias no acompanhamento de créditos habitacionais fornecidos pelos Bancos Comunitários da Grande Vitória, de modo que a metodologia utilizada hoje pela instituição é tributária do conhecimento acumulado ao longo do tempo de trabalho junto ao Ateliê de Ideias. Em seu processo de constituição, surgiu também como espaço para congregação localmente profissionais e cidadãos que se interessam pelo tema da Habitação de Interesse Social (HIS) e que desejam atuar com Assessoria e Assistência Técnica. Temos tentado, desde o início desse processo, manter esses dois vieses paralelos: espaço para discussão e organização que atua na prática. Impossível, portanto, falar das ações da Associação Onze8 sem mencionar a Associação Ateliê de Ideias e de seu trabalho junto aos Bancos Comunitários espalhados pelo Espírito Santo.

A Associação Ateliê de Ideias é a pessoa jurídica responsável pela criação do Banco Bem, um Banco Comunitário (BC) inserido no Território do Bem, um conjunto de bairros e comunidades localizadas na região central<sup>11</sup> da Ilha de Vitória, ES. Existia desde 1989 no bairro de São Benedito – um dos bairros que compõem o Território do Bem – uma estrutura anexa à Igreja de São Benedito: o SECRI. O Serviço de Engajamento Comunitário (SECRI), mantido pela Paróquia de Santa Rita de Cássia, funciona até hoje fornecendo atividades para crianças e adolescentes em contraturno escolar.

Ao conhecer a iniciativa, um grupo de mulheres que viria a constituir a diretoria do Ateliê de Ideias percebeu que, além das crianças, era necessário ocupar também as pessoas responsáveis por essas crianças, que passavam a dispor de um tempo livre. Surge assim um

---

<sup>11</sup> O termo “região central” aqui utilizado faz referência ao centro geométrico da ilha de Vitória (município que possui também uma porção continental), já que os bairros que compõem o Território do Bem não estão localizados nem no Centro histórico da cidade nem no “novo centro” econômico.

primeiro grupo para geração de trabalho e renda: o Bem Arte e Moda, formado por mulheres costureiras que moravam no Território do Bem. Ao obter seus primeiros ganhos expressivos, essas mulheres optaram por emprestar o dinheiro para outros grupos produtivos, ao invés de distribuir entre si os lucros. Surge assim a Associação ArteIdeias, um núcleo em torno do qual se reuniam outros dois grupos produtivos, além do Bem Arte e Moda.

Já nos anos 2000, após conhecer a iniciativa do Banco Palmas, a diretoria da Associação ArteIdeias consegue trazer o Seu Joaquim Melo para repassar a expertise acumulada em Fortaleza desde 1998. Surge, assim, em 2005, o Banco Bem e a Associação ArteIdeias se transformam na Associação Ateliê de Ideias, que possui atuação reconhecida nacionalmente em fomento do desenvolvimento comunitário. Já em 2006 o Banco Bem passa a realizar empréstimos na modalidade de Crédito Habitacional, sendo um dos pioneiros do país nesta modalidade de crédito – até então, o comum era os Bancos Comunitários ofertarem apenas o Crédito de Consumo e o Crédito Produtivo. Além do Banco Bem, o Ateliê de Ideias ajudou a fomentar mais de 10 Bancos Comunitários espalhados pelos municípios da Grande Vitória, os quais hoje se organizam em torno da Rede Desenvolver de Bancos Comunitários do Espírito Santo. O processo de implantação e consolidação do Crédito Habitacional do Banco Bem serviu de modelo para a implantação desta modalidade de crédito em outros Bancos da Rede Desenvolver, mas foi necessário passar por algumas etapas até chegar ao modelo atual.

Em um primeiro momento, o acesso ao Crédito Habitacional não contou com qualquer acompanhamento de profissional técnico. Contudo, cedo as gestoras perceberam a necessidade de envolver profissionais da área de engenharia e arquitetura, inaugurando a segunda fase, que contou com trabalho profissional voluntário. Como a demanda sempre foi grande e o trabalho voluntário muitas vezes conflita com o trabalho regular, o fluxo de profissionais era constante e o trabalho, intermitente. Nesta fase acontece uma aproximação do Célula – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A equipe de estudantes estagiários, supervisionada pelos coordenadores do Célula-EMAU à época (professor Milton Esteves e, posteriormente, professora Clara Miranda), participou não apenas do acompanhamento dos créditos, mas também da elaboração de um catálogo de Memórias e Vivências de São Benedito e de um projeto para captação de recursos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Com a aposentadoria do professor Eduardo Barbosa pela UFES, iniciou-se uma fase em que um profissional pôde, pela primeira vez, dedicar-se exclusivamente às ações do Ateliê de Ideias ligadas à arquitetura, montando um núcleo supervisionado pelo próprio professor

Eduardo, dentro do Ateliê. Esta fase contou não apenas com a participação de integrantes do Escritório Modelo, mas pôde ampliar a participação dos estudantes, que passaram a ter vínculo formalizado com a instituição. Foi o período mais prolífico do Crédito Habitacional, e a parceria com instituições privadas pôde manter a Equipe de Arquitetura com uma remuneração regular.

Desde que foi inaugurado o Banco Bem, a Associação Ateliê de Ideias ajudou a fomentar e fundar dezenas de Bancos Comunitários (BCs) na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Estes bancos passaram a se articular em torno de uma organização própria, a Rede Desenvolver de Bancos Comunitários do Espírito Santo, pleiteando recursos para manutenção dos bancos e para a realização dos empréstimos nas variadas linhas (habitacional, produtivo e de consumo). O núcleo de arquitetura do Ateliê procurou atender às demandas ligadas ao crédito habitacional em todos esses bancos, realizando centenas de projetos e acompanhamentos, dentre os quais destaca-se a participação do Banco Abraço (em Planalto Serrano, Serra), Banco Passarela (Central Carapina, Serra), Banco Sol (Vista Dourada, Cariacica) e Banco Verde Vida (Ataíde, Vila Velha), além do já mencionado Banco Bem.

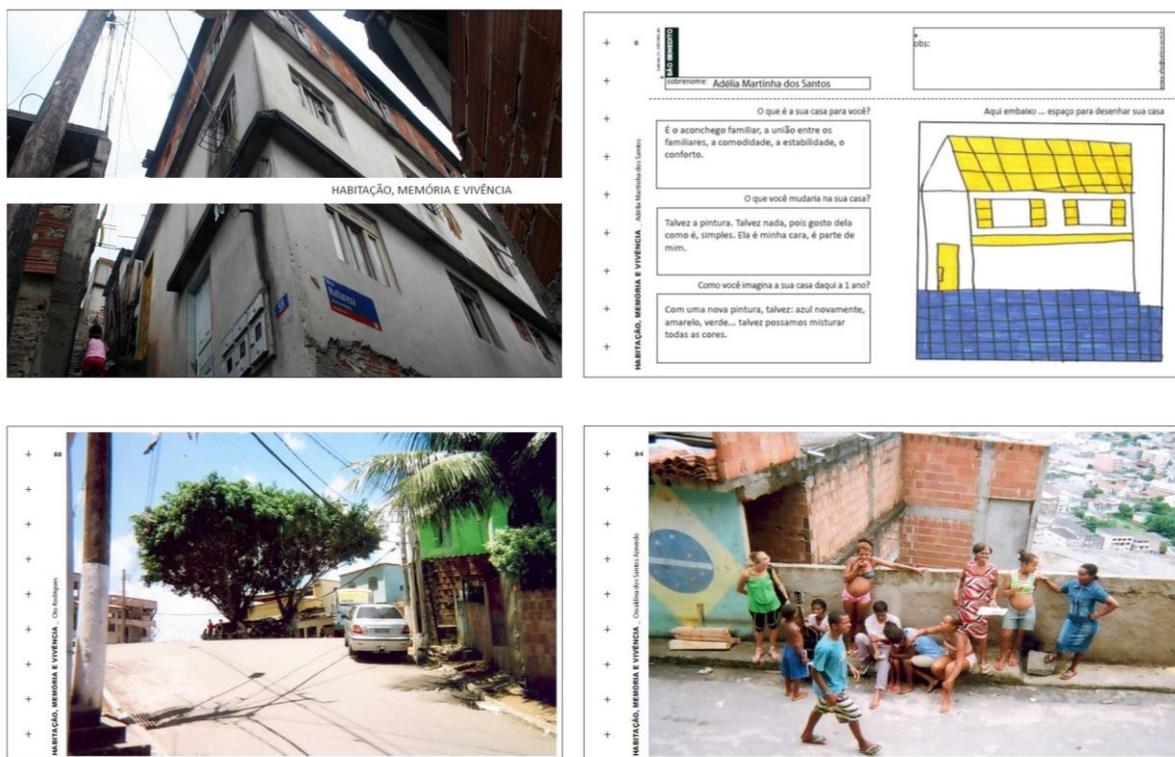


Imagem 12: Conjunto de imagens que ilustram alguns resultados presentes no Dossiê: Habitação, Memória e Vivência de São Bedito. Chama a atenção o fato de os moradores terem registrado os locais de encontro presentes no próprio bairro, ao invés de focalizarem referências externas, visíveis de muitos pontos do bairro, como costumam fazer as pessoas que conhecem o bairro pela primeira vez. Fonte: acervo do Célula – EMAU/UFES e Associação Ateliê de Ideias. 2008/2009.

A metodologia de trabalho preconizava autonomia dos tomadores de crédito e uma atuação bastante eficiente das agentes de crédito dos respectivos bancos, além de tornar obrigatória a participação dos candidatos ao empréstimo nos fóruns comunitários. Como o recurso disponibilizado pelos BCs é limitado, dependendo de retornar para o caixa do Banco para poder ser emprestado para outros solicitantes, formava-se uma lista de espera correspondente a esse tempo de retorno. Como o objetivo dos BCs nunca foi o de endividar as famílias, mas, ao contrário, de permitir que as mesmas pudessem realizar um planejamento adequado de suas finanças, o dinheiro demorava até dois anos para retornar para o caixa do Banco. Portanto, ainda que a taxa de inadimplência do Crédito Habitacional fosse mínima, era necessário esperar o dinheiro retornar para que o ciclo se reiniciasse.



Conjunto Habitacional Residencial do Sol. Vista Dourada, Cariacica.



Projeto: Eduardo Simões Barbosa. Co-autoria: célula – 2009/2010



Imagem 13: Conjunto de imagens que ilustram o Conjunto Residencial do Sol, projetado em parceria pelo Célula e o Ateliê de Ideias sob coordenação do professor Eduardo Simões Barbosa. Fonte: acervo do Célula – EMAU/UFES e Associação Ateliê de Ideias. 2009/2010.

Decidindo o Fórum pela liberação do empréstimo, as agentes de crédito entravam em contato com a equipe de arquitetura, que visitava a família para realização do levantamento físico da edificação e apuração da demanda. Era necessário entender se o desejo da família era

compatível com a quantidade de recurso liberada pelo BC. A partir daí o trabalho da equipe de arquitetura não diferiria muito do trabalho regular de um profissional de arquitetura: elaboração de estudo preliminar a ser aprovado pela família e transformação desse projeto em informações técnicas suficientes que fossem inteligíveis ao profissional responsável pela execução.

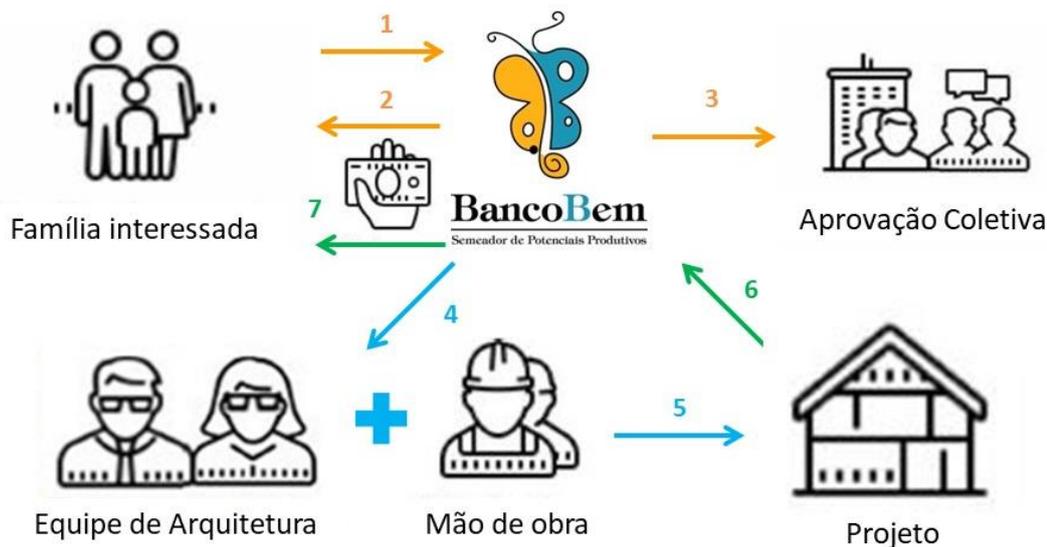


Imagem 14: Diagrama representativo da Metodologia adotada pela equipe de arquitetura do Ateliê de Ideias para acompanhamento dos Créditos Habitacionais fornecidos pelos Bancos Comunitários. Fonte: acervo da Associação Onze8. c. 2010.

O nível de detalhamento e a tecnicidade do conteúdo dependia diretamente da capacidade desse profissional em assimilar ou não tais informações, de modo que o resultado projetual não era homogêneo, como é possível observar nos exemplos a seguir. De qualquer maneira, havia sempre um esforço para que a comunicabilidade fosse plena, de modo que ferramentas de desenho foram sempre bastante utilizadas pelo grupo.

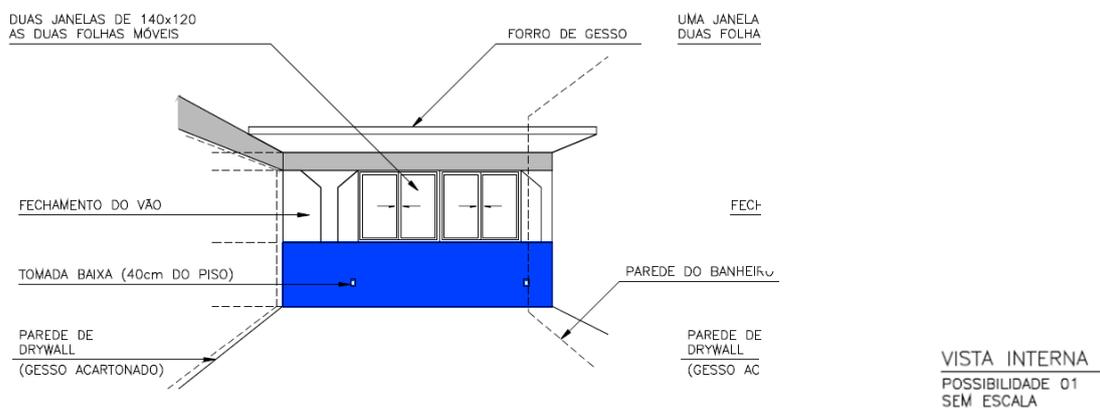


Imagem 15: Projeto elaborado para Sandra Regina, tomadora de crédito do Banco Bem, em Vila Velha (Região 03). Fonte: acervo da Associação Onze8. 2014.



Imagens 16 e 17: Exemplos de Prancha utilizadas para comunicar com Luzia e Valéria, tomadoras de crédito habitacional concedido pelo Banco Sol, localizado em Vista Dourada, Cariacica. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2018.



Imagem 18: Perspectiva utilizada para comunicar com Regina, tomadora de crédito do Banco AbraSol, Planalto Serrano, Serra. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2018.

Desde o primeiro empréstimo, realizado há mais de quinze anos, já foram mais de um milhão de reais emprestados a famílias de baixa renda de todo o Território do Bem (localidade que abarca sete bairros da capital), realizando mais de 350 obras de melhorias habitacionais (pequenas reformas), além de algumas construções iniciadas do zero – estas, obviamente, contaram também com o incremento de recursos dos moradores.

Em 2016, com a desestabilização política e econômica do Brasil, deixa de ser possível para o Ateliê manter a Equipe de Arquitetura em sua folha de pagamento; os principais parceiros privados tornaram-se menos generosos no investimento de seus programas sociais e a possibilidade de destinação de recursos públicos para programas sociais vem rareando cada vez mais desde então. Como alternativa, membros desta Equipe eram acionados sempre que

serviços de arquitetura se faziam necessários. Alguns membros dessa Equipe de Arquitetura se juntaram a ex-integrantes do Célula e do Paleta Parque<sup>12</sup> para criar um corpo paralelo: a Associação Onze8. A consolidação da Onze8 acontece em 2018 e a Associação se formaliza em 2019.

Ao perceber que a política nacional ligada ao tema declinava de seu papel de garantidor dos direitos constitucionais, mostrava-se de fundamental importância aliar a prática cotidiana de acompanhamento dos créditos a uma discussão mais abrangente da questão habitacional, não apenas para garantir os recursos necessários para a realização das obras nas comunidades periféricas, mas até mesmo para obter meios de remuneração dos profissionais envolvidos nos projetos. Afinal, a experiência acumulada pelo Ateliê de Ideias comprova que o trabalho voluntário, por mais que esteja pleno de boa vontade e entusiasmo, carece dos recursos necessários a uma efetiva dedicação, tornando-se intermitente e inconstante.

Os novos arranjos surgidos desde então nos obrigaram a revisar a metodologia de trabalho utilizada desde o início do processo de acompanhamento dos créditos habitacionais. Se antes a metodologia garantia mais autonomia aos tomadores de crédito, era mais dispersiva em relação ao trabalho do profissional, que realizava uma quantidade maior de trabalho sem haver qualquer garantia de que o projeto seria utilizado, já que o acordo com o profissional responsável pela execução era todo realizado pelos tomadores de crédito. Para a submissão do projeto Saúde Habitacional foi realizada esta revisão metodológica, desenhada da seguinte forma:

---

<sup>12</sup> O Paleta Parque Urbanismo e Arquitetura Ltda. é uma empresa sediada em Vitória, ES. Formalizado em 2018, o Paleta Parque possui ligação com o Ateliê de Ideias que remonta a 2010, quando parte de seu quadro societário deu uso à Marcenaria Bem Simples, organizada no SECRI, em São Benedito.

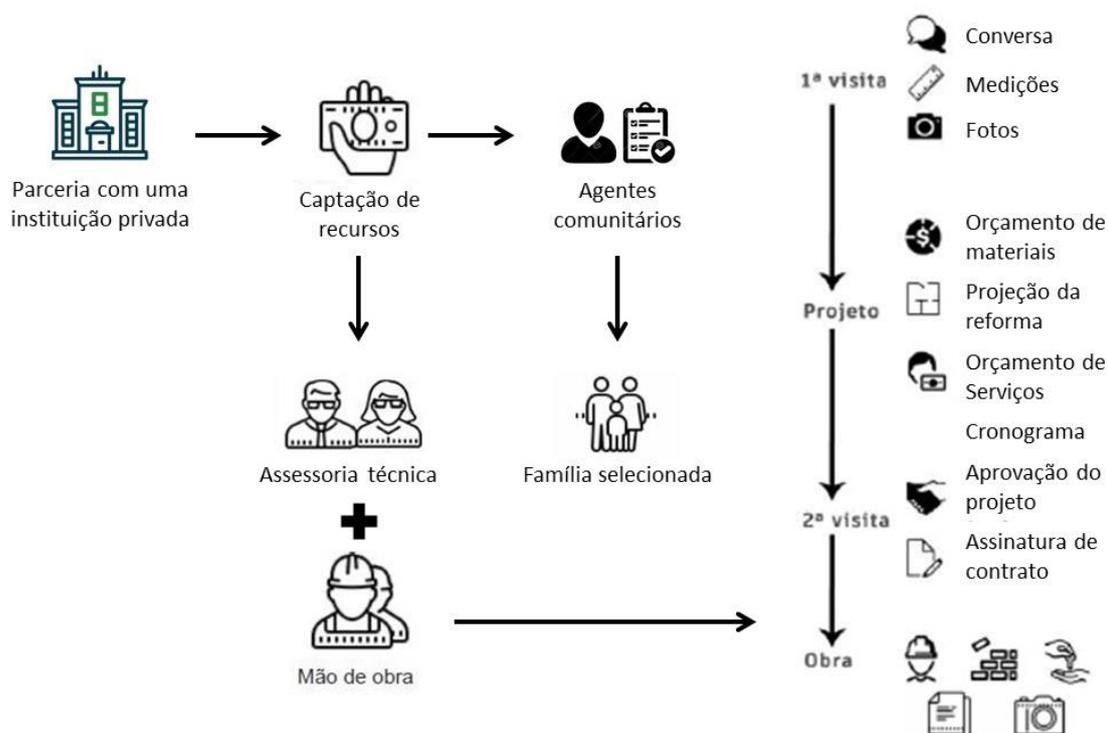


Imagem 19: Diagrama representativo da Metodologia adotada pela Onze8 para a maioria dos projetos submetidos desde a formalização do grupo. Fonte: acervo da Associação Onze8. 2019.

Como não há recursos *a priori*, o primeiro passo a ser dado é na direção da captação de recursos, o que pode ocorrer de duas maneiras não necessariamente excludentes entre si: via parcerias com instituições públicas e privadas; ou via campanha de arrecadação movimentada por meio das redes sociais da Associação. Obtendo recursos, conseguimos articular lideranças comunitárias, uma equipe de assessoria técnica e a mão de obra responsável pela execução – prioritariamente residente próxima ao local da intervenção. As lideranças locais ajudam a selecionar as famílias em situação mais crítica em relação ao escopo do projeto em questão – no caso do Saúde Habitacional, por exemplo, o escopo principal visava melhorias nas instalações sanitárias e na ampliação do número de aberturas para melhoria da circulação de ar. Selecionadas as famílias de acordo com os critérios de prioridade, tem início o trabalho de assistência técnica propriamente dito.

Criada com o objetivo de reunir pessoas para discutir ações possíveis em torno da ATHIS na Grande Vitória, a Onze8 entende que o produto final do serviço de arquitetura não é o projeto arquitetônico em si, mas a execução física do espaço projetado ou das melhorias propostas. O projeto é um meio que comunica informações para chegar a este fim. Este entendimento torna indispensável a presença dos projetistas durante a obra, de modo que esse trabalho em campo nos aproxima muito da realidade da autoconstrução nas periferias e bairros

populares da Grande Vitória. Tal aproximação nos permitiu enxergar que a principal política habitacional do Brasil tem sido, em muitos momentos e em diferentes governos, a de ignorar e negligenciar as formas espontâneas de ocupar e construir da nossa população mais empobrecida. Por conta disso, grande é a preocupação com a nova onda de desmonte das políticas públicas ligadas aos direitos dos brasileiros, em curso desde 2016, que promete, mais uma vez, deixar à própria sorte a parcela mais pobre da população brasileira. Os resultados são conhecidos e estão bem documentados. Nos ateremos a eles no próximo tópico.

## **Discussões**

Não são recentes as publicações que têm registrado a autoconstrução desassistida em bairros desprovidos de infraestrutura – tipologia urbana que possui nas favelas a sua representação mais evidente – deixou de ser apenas uma atitude negligente por parte do poder público para se tornar exatamente o seu oposto: um meio pelo qual os sucessivos governos puderam amortecer a reivindicação da população mais pobre por moradia. Em 1979 a professora Ermínia Maricato publicou “A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial”, uma coletânea que reunia artigos produzidos a partir de pesquisas ligadas ao tema; da mesma época (1979) é o trabalho de Lúcio Kowarick, “A espoliação urbana”, que cedo se tornaria uma referência sobre o tema; é preciso ainda incluir “Quarto de despejo”, escrito por Carolina Maria de Jesus e publicado em 1960, apresentando a visão de quem conheceu de perto essa realidade.

De início cabe lembrar a observação feita por Ermínia Maricato a respeito do conceito de autoconstrução:

Chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado. (MARICATO, 1982, p. 73).

A autora insere, portanto, a ideia de “autoconstrução realizada por terceiros”, apresentando dados de sua pesquisa, realizada em São Bernardo do Campo: do total de casas autoconstruídas, 14,3% foram construídas pelo núcleo familiar sem ajuda externa (marido, mulher e filhos); 66,8% foram construídas por proprietários que contaram com a ajuda de amigos e familiares; e 19% contaram com a participação de algum profissional remunerado. Como a própria autora argumenta, já se observava no final da década de 1970 um declínio nas ações de solidariedade, de modo que nossa experiência empírica permite afirmar que este

percentual se alterou significativamente em favor da autoconstrução que conta com participação de profissionais remunerados, pelo menos no nosso recorte de atuação.

Ainda que possa ser possível explicar o crescimento da “autoconstrução realizada por terceiros” apelando para uma característica individual – algo que poderia ser traduzido popularmente como “egoísmo” –, observamos outros fatores que permitem esta constatação: o número de moradores nas favelas aumentou consideravelmente desde então, complexificando sobremaneira as relações entre vizinhos; além disso, nos períodos de crise, momentos mais duros e difíceis do ponto de vista financeiro, é compreensível que as pessoas pensem primeiro em resolver seus próprios problemas; por fim, não podemos esquecer que chegamos a meados de 2021 com quase 15 milhões de desempregados, de modo que o que poderia ser feito a partir de uma ajuda gratuita, se a situação do amigo pedreiro estivesse melhor, pode acabar tendo que ser remunerada, porque também ele está precisando de dinheiro.

Ao prefaciar o livro organizado por Maricato, o sociólogo Francisco de Oliveira chama a atenção para as implicações que a autoconstrução terá sobre a reprodução da força de trabalho, de modo que “a produção de um bem – a casa”, ainda que não se configure como uma mercadoria, “serve como suporte da reprodução da mercadoria força de trabalho”:

Trata-se, também neste caso, de como se dá a produção de uma riqueza social que não é valor, que não é capital, mas é posta a serviço do capital, na medida em que contribua para rebaixar seja o custo de reprodução da força de trabalho, no caso da residência, seja [para rebaixar] o custo da urbanização, no caso de pequenas obras públicas feitas por moradores em seus bairros, em suas ruas. (OLIVEIRA, *In*: MARICATO, 1982, p. 15).

Como o valor a ser garantido para a reprodução da força de trabalho deve também incluir o custo com a moradia, o salário pago ao final da jornada pode ser relativamente mais baixo quando se entende que este item pode ser “negociável”, quando é aceito que não precisa ser embutido integralmente nessa remuneração. E, como afirma Maricato (1982), isto se torna ainda mais preocupante quando se estabelece que “é principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga”, caráter de espoliação também denunciado por Kowarick (1979).

A construção da casa se estende por muitos anos, absorvendo a maior parte das economias conseguidas, sempre em prejuízo de outras necessidades, já que o salário é baixo para suprir satisfatoriamente todas as necessidades que tem a classe trabalhadora para se reproduzir, em meio urbano. (MARICATO, 1982, p. 73).

Outra discussão necessária quando abordamos o tema da HIS no Brasil é aquela formulada por Pechman e Queiroz (1983): dentro do sistema capitalista de produção de mercadorias, não dá para resolver a “crise de moradia” apenas pelo mercado. A “crise” é inerente ao próprio sistema e a moradia, mesmo quando entendida apenas como mercadoria, é uma mercadoria tão especial que não se consegue comprar apenas com o salário que o trabalhador recebe. Isto porque, necessariamente, a mercadoria-habitação está atrelada a outra mercadoria: o solo urbano. E nós sabemos que desde 1500 este é um bem proibitivo às camadas mais pobres da população brasileira – fato que será reforçado quando da promulgação da Lei de Terras, em 1850.

Os dados do IBGE sobre a composição do nosso déficit habitacional (dados da PNAD 2015 analisados pela Fundação João Pinheiro) parecem corroborar esta relação quando observamos que cerca de 80% do nosso déficit habitacional é composto por Coabitação (aproximadamente 30%) e o Ônus excessivo com aluguel (quase 50%). Ou seja, muito mais do que as casas construídas de forma precária ou com material inadequado (que são as que precisam de reforma) e muito mais até do que as pessoas que moram nas ruas ou de forma improvisada, o nosso déficit habitacional chegou aos valores atuais porque a população mais pobre no Brasil nunca teve acesso à terra. Aliás, esta é também a conclusão a que chega Miloon Kothari (2004), Relator Especial da ONU sobre a Moradia Adequada, quando esteve aqui no Brasil.

E este é o motivo pelo qual é importante que levantemos a bandeira dos movimentos sociais ligados à habitação que afirmam que “moradia não é mercadoria”. Porque enquanto for entendida como mercadoria, a habitação não será acessível aos mais pobres. Não é por acaso que os proprietários de imóveis urbanos preferem, muitas vezes, deixar seus imóveis vazios do que alugar a preços que permitam a locação pela classe popular. Tanto que, em 2018, quando o déficit habitacional brasileiro atingia o número de 6,9 milhões, estimativas apontavam que havia cerca de 6,05 milhões de imóveis vazios espalhados Brasil afora, sobretudo nos grandes centros urbanos<sup>13</sup>

Entender tal realidade nos permite concluir, ainda, que os programas oficiais de acesso à moradia no Brasil, quando implantados, foram todos equivocados, já que todos focavam na provisão da unidade habitacional. E o afrouxamento das normas urbanísticas e dos mecanismos

---

<sup>13</sup> Dados de matéria publicada pela página eletrônica do g1.globo.com em 07/05/2018, por conta do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, à época habitado por uma ocupação urbana. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em 01 set. 2021.

de fiscalização das administrações direcionado a determinadas áreas da cidade aparece, na verdade, como a assunção de quem reconhece a ineficiência do que está sendo proposto como solução ou alternativa.

### **Algumas conclusões preliminares**

Se realizarmos um recorte um pouco mais restritivo, é possível encontrar quatro tentativas oficiais de abordar o problema da habitação popular no Brasil. A primeira delas apostava na iniciativa do mercado, que acessaria concessões e financiamentos do governo central – esta tentativa aparece em dois momentos: a partir de 1853, ainda no governo imperial, e a partir de 1890, já no período republicano. A segunda formulação resultará na criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que acontece em 1946. A terceira tentativa é resultado da substituição da FCP pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964. Por fim, a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009, representa nossa quarta e última política voltada para a habitação em nível federal<sup>14</sup>.

Sem pretender aqui realizar uma análise mais rigorosa a respeito de cada um desses períodos e iniciativas (as quais, aliás, já foram exaustivamente estudadas<sup>15</sup>), nos interessa entender as consequências que podem surgir quando boa parte da população é abandonada à própria sorte, quadro que se apresenta em cores cada vez mais vivas desde a opção do Governo Federal por extinguir as principais políticas públicas na área da Habitação de Interesse Social. O *podcast* “O Assunto”, comandado pela jornalista Renata Lo Prete, foi ao ar em sua edição de número 440 trazendo o tema da HIS para o debate trazendo um dado decisivo: “Entre as áreas atingidas pelo facção do governo Bolsonaro [...], poucas perderam tanto quanto o financiamento de moradia para as famílias de menor renda: 98% dos recursos foram cortados”. (PRETE, 2021, s.p.).

---

<sup>14</sup> Não se pode negar que tenha havido, permeando as principais políticas oficiais ligadas à HIS no Brasil, outros programas que visaram a provisão de moradia para as classes populares, como a construção de alguns conjuntos habitacionais financiados pelo Estado. Contudo, estes exemplos são raros (embora representativos) e não chegam a significar, em números de unidades construídas, resultados expressivos. Além destes, é comum associar as construções financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) às políticas públicas de habitação. No entanto, como estas unidades estavam direcionadas ao “suprassumo” da classe trabalhadora (deixando de fora os trabalhadores que possuíam vínculos empregatícios mais frágeis e todos os desempregados) e, além disso, o acesso às mesmas dependia da iniciativa individual de cada trabalhador, não estão sendo contadas aqui como política pública.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo: BONDUKI (1994) e FERREIRA (2010) para uma boa introdução sobre o tema; PECHMAN & RIBEIRO (1983) sobre as iniciativas privadas na virada do século; MELO (1990) sobre a FCP; AZEVEDO (1988) sobre o BNH; CARDOSO (2013) e IPEA (2013) sobre o MCMV; FERRO (2006), para uma discussão a respeito da produção da casa no Brasil.

Sem recursos próprios e sem subsídios para adquirir a unidade disponível no mercado formal de produção de habitação, a autoconstrução impõe-se como “a arquitetura possível”, conforme diagnostica Maricato (1982) no título de seu artigo, originalmente escrito em 1976. Calcula-se que entre 70% e 80% da área urbanizada brasileira tenha surgido espontaneamente, ou seja: sem possuir um planejamento prévio oficial. Entendendo que os profissionais da autoconstrução são, via-de-regra, os mesmos que constroem a cidade, dita formal (empregando inclusive os mesmos materiais e a mesma tecnologia), a autoconstrução, por si só, não deveria ser um problema. O problema aparece quando essa autoconstrução desassistida ocupa áreas impróprias para a moradia, quando a execução não garante a segurança dos moradores, quando a implantação não pensa o entorno, quando a necessidade de espaço construído impede a entrada de vento e de iluminação natural, quando a escassez de recursos obriga a utilizar materiais inadequados ou ao subdimensionamento – que se torna fatalmente grave quando se trata do sistema estrutural ou da instalação elétrica da residência.

O problema passa a ser colocado quando essa autoconstrução, que surge como alternativa de moradia para um grande número de pessoas, não resolve de fato a questão. Ou, além disso, passa a gerar outros problemas, já que esses lugares continuam a ser produzidos e reproduzidos cotidianamente sem qualquer participação do Estado, o qual, quando se faz presente, aparece apenas como aparelho de repressão. São lugares, portanto, que, a despeito de suas potências latentes, vão se caracterizar historicamente pelas ausências: de equipamentos públicos, de áreas de lazer, de infraestrutura, de oportunidades de emprego etc.

Temos, portanto, que, desde a extinção do Ministério das Cidades e do Programa MCMV, a provisão da moradia foi deixada mais uma vez a cargo da iniciativa individual de cada brasileiro, restando a autoconstrução em determinados espaços da cidade como única alternativa de moradia para boa parte da população. Justificando por meio de um discurso de controle dos gastos, mas sobretudo por uma necessidade de ruptura com o governo petista, a gestão atual põe fim às políticas públicas ligadas à habitação e ao Direito à Cidade, e mais uma vez cabe ao trabalhador brasileiro acessar os recursos que a Caixa teria para financiar a moradia popular.

No entanto, a pandemia do coronavírus evidenciou a existência de milhões de brasileiros que não saberiam nem como passar da porta giratória de uma agência bancária, para início de conversa. Quando a pandemia obrigou que o Governo Federal concedesse um Auxílio Emergencial à população brasileira, descobriu-se cerca de 30 milhões de cidadãos invisíveis e invisibilizados, que o Governo nem sabia que existiam. Como podemos esperar que essas

pessoas consigam, por livre iniciativa, fazer um contrato de financiamento? Que renda mensal poderá colocar no contrato? Que documento de propriedade poderão apresentar?

Nossa história recente tem insistido em mostrar os perigos que representam este caminho – o caminho da negligência e da irresponsabilidade. Caberá aos pesquisadores do futuro medir o alcance que tal postura leviana terá. Neste meio tempo, a nós cabe denunciar a perversidade que tudo isso representa e trabalhar, ainda que de maneira muito precária, nas brechas que aparecem (ou que são provocadas).

Quando colocamos a possibilidade de uma atuação marginal estamos nos referindo a uma atuação desvinculada de qualquer política pública mais ampla e, portanto, não contemplada por verbas públicas. Sabemos que esta situação está longe do ideal e, também por isso, nos esquivamos de apresentá-la como saída ou solução para o problema. Mesmo porque, trabalhos como os mencionados<sup>16</sup> nos ajudam a enxergar que, enquanto nos esforçamos por construir ou melhorar a moradia de um morador do Território do Bem, por exemplo, outras tantas condições similares são reproduzidas por toda a Grande Vitória, deixando a nítida sensação de que não estamos fazendo mais do que “enxugar gelo”, como se diz popularmente.

Contudo, não é mais possível ignorar a realidade da autoconstrução. Com ou sem suporte técnico, as pessoas continuam a se mudar para as cidades, necessitando construir, ampliar e reformar suas casas conforme a dinâmica de seus moradores e as adaptações que se fizerem necessárias. O processo de elitização dos profissionais de arquitetura – os quais, quando se aproximam das demandas populares, têm como clientes o Estado e não a população / usuário final – afasta ainda mais a possibilidade de democratização dos serviços providos pelo arquiteto. O descolamento dos profissionais em relação à demanda por HIS, associado à negligência por parte do poder público, tende a agravar os problemas existentes e a tornar cada vez mais difícil uma ação que procure integrar esses territórios à dinâmica da cidade.

Temos, portanto, uma dupla tarefa à nossa frente: a primeira, de viés prático, é trabalharmos para popularizar os serviços de arquitetura e engenharia de um público que ficou historicamente sem acesso a este tipo de profissional. Precisamos nos aproximar e nos inserir na dinâmica auto construtiva desses locais a fim de garantir que o resultado dessas obras implique em formas mais adequadas de morar e de ocupar o espaço urbano.

A segunda tarefa é de cunho essencialmente discursivo: é preciso se fazer representar nas instituições e instâncias que pautam as políticas públicas, alertando para a necessidade e

---

<sup>16</sup> Especialmente os de PECHMAN & RIBEIRO (1983); VALLADARES (1978); MARICATO (1982); FERRO (2006); KOWARICK (1979) e DAVIS (2006).

importância do papel do arquiteto urbanista tanto no projeto das residências quanto no planejamento das cidades – papel do qual, em certa medida, abdicamos em detrimento a um mercado “de luxo”, mas do qual também fomos afastados, permitindo que importantes decisões sobre a cidade fossem tomadas levando-se em consideração critérios fundamentalmente econômicos e interesses políticos.

Entendemos que não seja possível discutir HIS no Brasil de maneira séria e comprometida sem discutir cidade. E ainda que não sejam as mesmas pessoas que venham a ocupar todos os espaços que precisamos ocupar, a comunicação entre o braço prático e o discursivo é essencial para que, de um lado, as ações de acompanhamento da autoconstrução não culminem na reprodução de formas inadequadas de morar na cidade e, por outro lado, os discursos e as bandeiras defendidas nas instâncias públicas sejam municiados com casos concretos, de modo a evitar um descolamento entre o discurso e a prática, garantindo que as decisões políticas que venham a ser tomadas atendam efetivamente às demandas da sociedade.

## Referências

- AGÊNCIA BRASIL. *Percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%*. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729>>. Acesso em 05 set. 2021.
- AZEVEDO, Sergio de. Vinte e Dois Anos de Política de Habitação Popular (1964-86): Criação, Trajetória e Extinção do BNH. In: *Revista de Administração Pública*. FGV, Rio de Janeiro; out./dez. 1988. p. 107-119.
- BISCOTTO, Denise (Org.). *Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem*. Pesquisa realizada pela Associação Ateliê de Ideias: Vitória, 2019.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*. V. 127, 1994, p. 711-732.
- CARDOSO, Aduino Lucio (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Boitempo: São Paulo, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. Desenvolvimento local e o pós pandemia. Mesa virtual em Evento: “5º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Banco Comunitários”. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kS3cAIHZg7A>>. Acesso em: 05 set. 2021.
- EL PAIS. *O vírus somos nós*. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. In: *Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários*. Curso à Distância promovido pelo Ministério das Cidades. 2.ed. Governo Federal, 2010. p. 9-32.

FERRO, Sérgio. A Produção da Casa no Brasil. In: *Arquitetura e Trabalho Livre*. Cosac Naify: São Paulo, 2006. p. 61-101.

FIOCRUZ. Boletim Extraordinário de 23 de março de 2021. Boletim Observatório Covid-19.

FOLHA DE SÃO PAULO; UOL. *Quase metade dos domicílios brasileiros não tem acesso a rede de esgoto*. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/facsimile/2020/07/23/>>. Acesso em 03 set. 2021.

G1. *Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>>. Acesso em 06 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Brasil, 2015* (dados analisados pela Fundação João Pinheiro).

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. Editora Ática: São Paulo, 1960.

KOTHARI, Miloon. *Relatório sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida*. ONU, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Paz e Terra: 2.ed. Rio de Janeiro, 1979.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. *Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a política habitacional?* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília – Rio de Janeiro: IPEA 2013.

MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. 2. ed. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1982.

LESSA, Isabella. *Neve e Unicef se unem por saneamento básico*. 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2016/10/11/neve-e-unicef-se-unem-para-falar-sobre-saneamento-basico.html>>. Acesso em 03 set. 2021.

MARICATO, Ermínia (Org.). Autoconstrução, a Arquitetura Possível. Texto apresentado na 28ª Reunião Anual da SBPC (1976), revisado parcialmente em 1978. In: *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. 2. ed. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1982, p. 71-93.

MELO, Marcus André B. C. de. *Política de Habitação e Populismo: o caso da Fundação da Casa Popular*. 1990.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: uma análise da percepção social no Brasil. In: *Terceiro Incluído*. NUPEAT–IESA–UFG, V.1, N.2, jul./dez./2011, p.82 –100.

PECHMAN, Robert M. RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. *O que é questão da moradia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.

PRETE, Renata Lo. Sem dinheiro para habitação popular. Podcast “O Assunto”, edição de 28/04/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/04/28/o-assunto-440-sem-dinheiro-para-habitacao-popular.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SBT NEWS. *95 milhões de brasileiros vivem em famílias com dificuldades em pagar contas*. 2021. Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/economia/177527-95-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-familias-com-dificuldades-em-pagar-contas>>. Acesso em 05 set. 2021.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.